



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS EDVALDO SOUZA DO Ó – CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MICILENE VIEIRA DA SILVA**

**O MOVIMENTO DA “MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA  
LIBERDADE” EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DO JORNAL  
*DIÁRIO DA BORBOREMA* (1964)**

**CAMPINA GRANDE-PB  
JUNHO DE 2018**

**MICILENE VIEIRA DA SILVA**

**O MOVIMENTO DA “MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA  
LIBERDADE” EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DO JORNAL  
*DIÁRIO DA BORBOREMA* (1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

**Área de concentração:** Relações de poder, subjetividades e cultura política.

**Orientadora:** Prof. Me. Aline Praxedes de Araújo.

**CAMPINA GRANDE-PB  
JUNHO DE 2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586m Silva, Micilene Vieira da.  
O movimento da "Marcha da família com Deus pela liberdade" em Campina Grande a partir do jornal Diário da Borborema (1964) [manuscrito] : / Micilene Vieira da Silva. - 2018.  
30 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.  
"Orientação : Profa. Ma. Aline Praxedes de Araújo, Coordenação do Curso de História - CEDUC."  
1. Ditadura Militar. 2. Marcha da família com Deus pela liberdade. 3. Manifestação pública.

21. ed. CDD 981.063

MICILENE VIEIRA DA SILVA

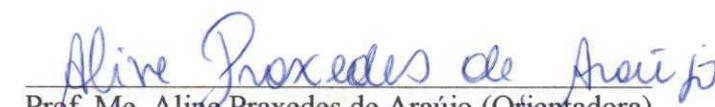
**O MOVIMENTO DA “MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE” EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964**

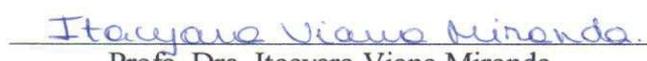
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

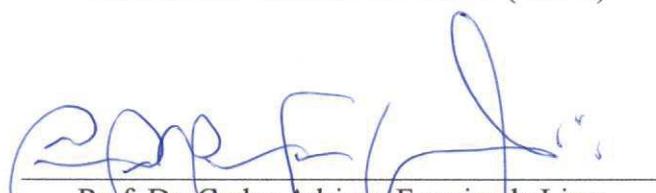
**Área de concentração:** Relações de poder, subjetividades e cultura política.

Aprovada em: 20/06/18

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Me. Aline Praxedes de Araújo (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.ª. Dra. Itacyara Viana Miranda  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus que me concedeu o dom da Vida e que está me proporcionando este momento que somente Ele sabe o quão foi difícil.

À minha família e especial ao meu sogro que me ajudou muito, que tantas vezes ficou com minha pequena para que pudesse estar presente às aulas e cursos. À minha mãe Maria de Lourdes, entre tantas Marias, ela é aquela que enfrentou a vida e nos ajudou a estudar e a única que cobrava a mim e ao meu irmão, embora sem estudos, sabia como isso era importante e nos instigou muito.

À minha pequena Emanuella Vitória, do qual peço perdão pelas ausências diurnas e noturnas, mas tudo do qual faço, penso primeiramente em você, minha pequena.

À minha orientadora Aline Praxedes que teve tanta paciência para comigo, buscando sempre ser sincera. Obrigada pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de História da UEPB, que a cada semestre nos incentiva à busca pelo conhecimento.

Aos colegas de turma, em especial a Wagner, Maria Aparecida, Edy, Joelma pelos momentos de amizade e apoio, sem vocês eu não teria passado momentos tão bons, que venham outros, sempre com bons vinhos.

*Dedico ao meu sogro que tanto me ajudou, com a minha pequ.....*

*“Se queremos progredir não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova” (Gandhi).*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>2. DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)</b>	<b>11</b>
<b>3. CAMPINA GRANDE E A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE</b>	<b>14</b>
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>23</b>
<b>5. LISTA DE FONTES</b>	<b>25</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>6</b>

## O MOVIMENTO DA “MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE” EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DO JORNAL *DIÁRIO DA BORBOREMA* (1964)

Micilene Vieira da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como escopo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade de Campina Grande – PB, em apoio à instauração da Ditadura Militar no Brasil. A fonte de pesquisa foi o *Diário da Borborema*, jornal local que circulou de outubro de 1957 até fevereiro 2012, para tanto, nosso escopo se restringe ao ano de 1964. Nossa análise permite que o leitor compreenda a atuação do jornal mediante a responsabilidade para movimentar a cidade ao entorno do evento, apresentamos a contextualização histórica acerca das consequências para a cidade, assim como os resultados pretendidos por seus organizadores. O trabalho está inserido na linha de pesquisa “Relações de poder, subjetividades e cultura política”. Nossa fundamentação teórica é regida mediante o diálogo com autores como: Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), Carlos Fico (2004) e René Remond (2003).

**PALAVRAS-CHAVE:** Campina Grande; Ditadura Militar; Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

### 1. INTRODUÇÃO

Relembrar o passado é importante, papel incumbido ao historiador, tecelão da história “cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade” (RÉMOND, 2003, p. 13). As mudanças que ocorreram em nossa sociedade ao longo dos últimos cinquenta anos foram significativas para que pudéssemos compreender o mecanismo que descarrilou a ditadura militar – ocorrida em nosso país entre os anos de 1964 a 1985 – diante das manifestações populares que aconteceram neste período. Nosso artigo analisa A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Campina Grande, na Paraíba, ocorrida no ano de 1964, que contou com grande participação da população.

Mesmo com o escopo delimitado na década de 1960, não podemos desconsiderar nossa atual conjuntura política, em especial pelo motivo de tantas repercussões de grupos conservadores que repercutem a vontade de mais uma vez o Brasil sofrer uma intervenção militar. No ano de 2014, acompanhamos muitas manifestações em vários estados, cada um

---

<sup>1</sup> Aluna de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: [micilene.vieira13@gmail.com](mailto:micilene.vieira13@gmail.com).

com suas reivindicações específicas, da mesma maneira que muitas delas eram contra o governo de Dilma Rousseff, então presidenta do Brasil. Mediante inúmeros protestos em prol do governo ou contra ele, a sociedade brasileira acompanhou o processo de *impeachment* da presidenta em 2016. Em 2014 foi lembrado em um congresso da ANPUH – Associação Nacional dos Professores de História –, na cidade de Campina Grande, sobre os cinquenta anos da ditadura civil-militar no país, em que diversos trabalhos foram publicados, entre eles, o de Joabe Barbosa, como o título: “Cassar e caçar: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande”. O autor aborda a relação da ditadura militar na cidade de Campina Grande e o paralelo ao centenário da cidade. Para tanto, este empasse político da nossa história com ênfase na realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, é o foco deste artigo.

Em 1964, em todo o país a maioria da população foi às ruas contra o presidente João Goulart com o mesmo objetivo de impossibilitar a continuidade do governo. A historiografia brasileira é rica em estudos sobre este período histórico. Há a coleção de Élio Gaspari com quatro grandes livros do qual aborda a *Ditadura Envergonhada* (2002), *Escancarada* (2002), *Derrotada* (2003), *Encurralada* (2004). Entre as produções paraibanas podemos citar Monique Cittadino com seu livro *Poder Local e Ditadura Militar* (2006), ao enfatizar o governo de João Agripino, a organização de Eder Dantas, Paulo Geovani e Rodrigo Freire intitulada *Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania* (2014), em que destaca o golpe civil-militar e a ditadura na Paraíba. Esses livros e outros usados neste artigo, são apenas alguns títulos que podem auxiliar para a fundamentação teórica sobre o tema.

Sobre o 1964, o ano do golpe, diz Carlos Fico: “Considerado um ano de crise e paralisia decisória, o golpe teria sido fundamentalmente o resultado do emperramento do sistema político” (FICO, 2004, p. 45), este ano que nos trouxe muitas mudanças deixou marcas na sociedade, as lembranças de uma ditadura que maltratou, mataram, torturou, enganou e censurou.

Carlos Fico (2004) salienta que a produção historiográfica anterior à década de 1980 foi eminentemente marxista, entretanto, após a virada linguística, as produções acadêmicas que têm como escopo o período do golpe militar no Brasil não buscaram mais mostrar a “verdade” dos fatos mediante documentos oficiais, mas agora observamos, em conformidade com o autor supracitado, abordagens teóricas e metodológicas que priorizam a subjetividade.

Desse modo, o virtual abandono do marxismo pelos historiadores (que, no Brasil, se verificou a partir de meados dos anos 80) não se fundou tanto em uma crítica que cotejasse as insuficiências teóricas da perspectiva (notadamente o “determinismo economicista”), mas na constituição de um novo padrão de narratividade, motivado não mais pela pretensão rankeana de “mostrar como realmente aconteceu”, mas na estratégia cognitiva mencionada: a valorização da subjetividade, do cotidiano (FICO, 2004, p. 40).

Neste contexto iremos analisar o ano de 1964 em Campina Grande a partir do Jornal Diário da Borborema<sup>2</sup>, foram realizadas pesquisas em outros jornais locais sobre o assunto das marchas da família, porém nada foi encontrado, podem ser citados os jornais pesquisados: *O detetive*; *Semanário Oficial*; *Jornal ASPEP*. Este período em que no âmbito nacional acontecia justamente o golpe de estado pelos militares a partir do qual foi desposto o então presidente da República: João Goulart. Em meio a tantos acontecimentos que envolveram todo o país, ocorrera a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que como citado anteriormente, este movimento ocorreu em praticamente todas as regiões do país.

A primeira marcha ocorrida no país foi em São Paulo, no dia 19 de maio de 1964. As páginas do jornal *O Globo*, no dia seguinte, mostravam não somente a participação do próprio Estado, mas também de outros lugares, somando cerca de 500 mil pessoas presentes. No mesmo jornal foi possível acompanhar as demais Marchas ocorridas pelo Brasil, inclusive na Paraíba e por diversas cidades do interior, bem como na cidade João Pessoa. A ideia principal da manifestação popular foi seguida pelas demais, com apoio da igreja e dos políticos. No palanque em São Paulo ocorreram vários discursos, entre eles o do Padre Benedito Mário Calazans, que enfatizou ao povo que ali estava para dizer ao Sr. Leonel Brizola e ao Sr. João Goulart que lutariam por sua liberdade e defesa da democracia. E que de forma nenhuma o povo iria apoiar as reformas pretendidas pelo governo. Coincidiu que objetivos políticos e o apoio da população paulista foram alcançados, o presidente foi deposto e cassados seus direitos políticos, assunto que falaremos mais adiante.

Em Campina Grande, este movimento não foi diferente. Com os mesmos objetivos, tentaram promover a Marcha a favor do governo dos militares e assim demonstrar todo o apoio da cidade. Em pesquisa realizada no *Diário da Borborema*, observamos que todos os mecanismos para seguir o modelo nacional foram propostos, mas foi notório o despreparo da

---

<sup>2</sup> Era um Jornal local que tinha circulação diária e inclusive aos domingos, que abrangia o complexo da Borborema na cidade de Campina Grande. Foi fundado pelo Jornalista e político Assis Chateaubriand, do qual era natural da cidade de Umbuzeiro -Pb, viveu boa parte da sua juventude em Campina Grande. A primeira edição do diário foi publicada em 02 de outubro de 1957 e contou com seis cadernos.

cidade para a preparação do evento e suas prolongas para a realização. No movimento nacional ela teve apoio da elite e das mulheres paulistas, bem como da Igreja Católica. Em Campina foi diferente, a ideia partiu do próprio *Diário da Borborema*. Os entrelaces para sua realização foram bem complicados, entre datas e a sua proposta, demorou bastante para que a mesma acontecesse.

Há lacunas que precisam ser analisadas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade tinha uma finalidade, uma circunstância de acabar com qualquer tipo de comunismo que ameaçasse o Brasil. Os militares e a elite se agarraram a essas pessoas que juntas tiveram uma grande força, talvez intimamente alguns daqueles personagens não sabiam o que estava realmente se passando no Brasil, ou até mesmo sabiam, mas não imaginavam o fim que poderia realmente acontecer.

Ao se trabalhar com periódicos como fonte para este tema proposto, é preciso estar atento aos pormenores e ter cuidado para não criar perspectivas sobre um passado longínquo e principalmente, estar atento aos discursos ideológicos e de interesses presentes. A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem é infinita, em que uma problemática pode ser observada de diferentes perspectivas.

O período analisado neste artigo foi pesquisado em um periódico que nos aproxima de uma imprensa que foi duramente perseguida durante a ditadura militar, mas que hoje nos proporciona os indícios sobre este passado, o mesmo meio que em sua boa parte foi contra o governo de Goulart, mas que sofreu nas mãos dos seus ditadores posteriormente. O historiador deve ter um olhar diacrônico, como salienta Tania Regina Luca: “Deve-se ter em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos” (LUCA, 2008, p. 132). A autora continua enfatizando que é importante a observação, havendo um esforço para que a abordagem política se afaste de uma história que seja factual e idealista e ressalta que a mudança vem ocorrendo aos longos dos últimos anos. Enquanto Rémond (2003) nos apresenta a reflexão de que “devemos procurar nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa” (RÉMOND, 2003, p. 36), os periódicos trazem justamente em sua tiragem uma memória coletiva, que nos ajuda a pensar este passado, seja ela social ou político. Halbwachs ressalta também a importância da memória na escrita da história:

Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Neste sentido da busca pelo passado, iremos buscar nos periódicos uma memória que nos levar a pensar sobre diversos fatores daquela sociedade, em especial na cidade de Campina Grande-PB.

## **2. DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)**

Em 1961 temos um fato muito recorrente citado pelos historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) que está relacionado à eleição vitoriosa de Jânio Quadros e seu vice João Goulart. Após sete meses no governo, renuncia, alegando na carta que a sua renuncia estava envolta a mistérios. O novo presidente, João Goulart, que estava fora do país no momento que foi propagado como novo presidente do Brasil, mais especificamente, estava em viagem pela a China e pela União Soviética, países que naquele momento eram considerados como países comunistas. Mediante a situação, quem assume enquanto o novo presidente não chega é justamente uma junta militar que, inclusive, anuncia a futura prisão do então presidente João Goulart ao chegar ao Brasil por se demonstrar “comunista”.

Temos um fato peculiar neste momento no Brasil, do qual foi declarado estado de sítio<sup>3</sup> e que o novo presidente não poderia assumir a presidência por ser acusado de comunismo. O congresso, por sua vez, discordou da junta militar e, por conseguinte, declarou Goulart presidente da República por ter sido eleito, juntamente com Jânio Quadros, dentro de todas as propriedades da lei. Os militares queriam assumir a presidência do Brasil, mas logo tivemos a revogação do congresso. João Goulart assumiu a presidência mediante a forma de governo parlamentarista<sup>4</sup>, e isso foi o primeiro passo daquela década que desencadearam os rumos de 1964 (FERREIRA; GOMES, 2014).

---

<sup>3</sup> Estado de sítio é um estado de exceção, instaurado como uma medida provisória de proteção do Estado, quando este está sob uma determinada ameaça, como uma guerra ou uma calamidade pública. Esta situação de exceção tem algumas semelhanças com o estado de emergência, porque também implica a suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias (Fonte: Dicionário Informal).

<sup>4</sup> Segundo Ferreira e Gomes, o parlamentarismo implica os seguintes procedimentos políticos: por meio de eleições, os partidos políticos elegem suas bancadas para o Parlamento. Um partido pode ter maioria, mas também pode formar aliança com outro partido ou formar uma coligação vários outros partidos políticos... O presidente é eleito, mas não governa. Ele é chefe da nação... O presidente tem uma prerrogativa importante para a estabilidade do sistema político: quando há conflitos entre partidos políticos ou quando o primeiro-ministro

O historiador Paulo Cesar Gomes (2014), diz que em dias anteriores ao golpe o país já vivenciava uma tensão política e que culminaria neste momento enquanto divisor de águas.

Às vésperas do golpe, havia bastante agitação em alguns setores da sociedade brasileira. O comício promovido por Goulart na central do Brasil, no dia 13 de março de 1963, foi um divisor de águas. Evidenciou que o presidente tinha apoio das esquerdas, de amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, de certos setores estudantis e alguns graduados das forças armadas (GOMES, 2014, p. 41).

Após o comício realizado por Goulart, criaram-se tensões no meio político principalmente nas alas consideradas de *direita* que mais à frente iria gerar sua cassação. Ainda no jornal *O Globo* do dia 20 de março de 1964, enfatizou que este comício foi inspirado no partido comunista e para eles, e não para os trabalhadores, contra a Igreja e a democracia, nas palavras do Sr. Raul Brunini, deputado estadual na época. Também foi enfatizado pelo jornal de que no comício de Goulart tinham muitas pessoas de “bem” e não “comunistas”. Como podemos acompanhar na citação:

“O COMICIO do dia 13 foi inspirando pelo Partido Comunista, como declarou o próprio Sr. Luís Carlos Prestes, e foi, assim um comício de comunistas e não de trabalhadores, foi um comício contra a Igreja e a democracia, afirmou o Sr. Raul Brunini em discurso, ontem, na Assembléia. Quando, portanto, se afirma que o presidente da República compareceu a uma reunião comunista, acrescentou, está-se rigorosamente dentro da verdade. E é, frisou, onde o Presidente se enquadra em todos os dispositivos do crime de responsabilidade, crime que atenta conte a própria Constituição da República. E lembrou que os rosários, em todo o País, não foram levantados contra trabalhadores, mas de comunistas “(...) (*O Globo*, 20 mar. 1964.)

Em uma das alas de apoio aos militares, tivemos a Igreja Católica com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que através das marchas promovidas pelo país justamente pôs fim ao governo de Goulart. A Igreja teve neste momento sua relevância, pois, juntamente com os grupos femininos, difundia os valores cristãos para a sociedade, pregava contra Goulart e a divulgação da “Marcha da Família”. Ela precisava de um apelo à figura feminina, do qual demonstraria força, simplicidade, fé e engajamento nos propósitos da Igreja.

---

perde a maioria no parlamento, o presidente da República dissolve o congresso Nacional e convoca novas eleições (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 51).

Em contrapartida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19, em São Paulo, ao incitar a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciaram a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart. As marchas funcionavam como expressão da Igreja Católica – ao lado de políticos conservadores, da elite empresarial e de movimentos de mulheres da classe média (GOMES, 2014, p. 41).

Em 1964, mais precisamente na primeira semana de abril, os noticiários ressaltavam a cassação de Goulart. Tivemos definitivamente a instauração do golpe civil militar, em que foram aproximadamente vinte e um anos de repressão, tortura e mortes, como analisa Fico (2004): “Ao contrário, hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes”. (FICO, 2004, p. 35).

Ferreira e Gomes (2014) dizem que o golpe civil e militar de 1964 foi um bom exemplo de um acontecimento que demarca um “passado sensível”; um passado que ainda não passou do qual temos que analisar, entender, para não repetir os mesmos erros.

Durante esses vinte e um anos vivenciados pela população brasileira, ficaram muitos traumas. Foram deflagrados muitos exílios de políticos, artistas, intelectuais e de pessoas comuns da sociedade, que por lutar a favor de seus direitos, foram silenciadas. A partir de 1964, esse processo repressivo tornou-se um projeto fundamentado em uma perspectiva chamada por Carlos Fico (2004) de “utopia autoritária”, em que segundo ele, seria possível eliminar o comunismo, tanto propagado nos discursos contra Goulart. Durante todo esse processo foram muitos casos de diferentes formas, sendo a década de 1960 o foco principal para implantar a ditadura. Fico (2004) ainda ressalta que:

“se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis” (FICO, 2004, p. 52).

Toledo (2004) faz uma ressalva com relação a este assunto, diz que em abril de 1964, o golpe de estado foi plenamente reivindicado por setores da sociedade civil, saindo vitorioso. O fim da Ditadura no Brasil em 1985, através das “*Diretas Já*”<sup>5</sup> reforçou a ideia de que o

---

<sup>5</sup> A historiadora Rochelle Gutierrez Bazanga (2013), diz que este foi um movimento de grande relevância para o contexto político da época, no caso entre 1983 e 1985, de grande participação popular e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas para presidente e da votação da Emenda Dante de Oliveira que recebeu este nome por proposta pelo deputado Dante de Oliveira que apresentou a câmara uma emenda à constituição que restabelecia as eleições diretas para presidente da República. Vários fatores influenciaram para o início do movimento. Como por exemplo, em 1983, questões econômicas como o

povo quando se une em prol mudanças, elas são alcançadas. O que nos cabe é lutar por aquilo em que acreditamos, afinal não podemos prever o futuro através das nossas ações.

### **3. CAMPINA GRANDE E A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE**

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade tinha como principal foco apoiar a revolução (assim tratada pelos jornais) a favor da instauração do comando militar no Brasil. Este apoio da população vinha recorrente ao medo que se havia divulgado por grande parte da elite brasileira, que o país estava sendo tomado por forças comunistas e isto seria o fim da liberdade e principalmente o fim da liberdade religiosa.

O movimento ocorreu durante todo o mês de março de 1964, apoiado principalmente pela Igreja Católica por receio da tomada do país pelos comunistas. Em alguns jornais e artigos, pode-se perceber a convocação da Igreja aos leigos e fieis que tomaram enormes proporções e foi de grande contribuição para que João Goulart fosse desposto, afinal ele foi acusado de ser um comunista. Para que os militares assumissem o poder, milhares de pessoas, dentre elas, mulheres, crianças e homens pediam nas ruas e nos cartazes, que queriam uma pátria livre para progredir e viver melhor.

Este movimento revolucionário foi citado por João Goulart no Jornal Rio (Meridional 1964) e publicada posteriormente no *Diário da Borborema* (1964) do qual então ainda presidente, citava: “*Não pode merecer ser não o mais veemente repudio da nação, a atitude dos que procuram instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas*” (*Diário da Borborema*, 01 abr. 1964).

Nesta fala de Goulart vemos que embora as Marchas da família estivessem ocorrendo em todo o país contra o seu governo, ainda restava esperança na sua concepção e fé no povo brasileiro, do qual ele gostaria de receber todo o apoio e de deixar claro que ele estava a favor da democracia.

A partir das notícias dos jornais sobre as Marchas, podemos compreender que proporções maiores foram tomadas, assim como a idealização pelo o poder ficou cada dia

---

crescimento do endividamento estatal, que fez o Brasil recorrer ao FMI para obter empréstimos, a queda do PIB industrial, a política de arrocho salarial, entre outros fatores, fizeram com que o discurso do regime militar de desenvolvimento não mais contasse com o apoio da população, levando diversos setores da sociedade às ruas (BAZANGA, 2013, p. 01-02).

mais efervescente. As mulheres, principalmente, tomavam a frente do movimento e as capas dos jornais nos revelam alguns nomes da elite brasileira e, em especial paulista, que se engajaram e pediram através das rádios, apoio às forças revolucionárias que os livrariam dos comunistas.

No *Diário da Borborema*, no mês de abril houve um comunicado no jornal que Goulart havia sido deposto no dia 07 de abril de 1964 e de maneira indireta, Castelo Branco foi eleito o novo presidente do Brasil e assim começava uma nova fase da história do Brasil: o “golpe civil militar”, efetivada com apoio de parte da população, da elite e de outros movimentos que ajudaram para que a tomada de poder fosse realizada. Segundo Fico (2004), durante o seu governo, Castelo Branco não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2<sup>6</sup>; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional<sup>7</sup>. Esses fatores geraram um clima tenso chegando até fechar ao Congresso.

Todavia, Toledo (2004) enfatiza que a curta existência do governo de Goulart trouxe um novo contexto político-social no país, dentre as quais ele cita: “uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais” (Idem, p. 13). Elementos que auxiliaram a queda do então presidente.

Observamos que em Campina Grande o movimento foi um pouco diferente, embora tenha o mesmo significado com relação ao seu objetivo. Quando ela aconteceu no âmbito nacional sendo convocada pela Igreja Católica, muitas pessoas se fizeram presentes nas ruas, já em Campina Grande a convocação foi feita pelo jornal local, pedindo justamente apoio da Igreja e outros movimentos sociais, como o historiador Joabe Barbosa Aguiar ressalta no artigo “Cassar e caçar: O Golpe Civil Militar de 1964 em Campina Grande”.

No dia 11 de abril de 1964, o *Diário da Borborema* fez um apelo a todos os cidadãos para realização da manifestação em apoio e em demonstração de que a democracia havia triunfado a nível nacional e que como outras capitais próximas, e inclusive João Pessoa, havia

---

<sup>6</sup> O Ato Institucional-2 (AI-2) foram emendas na Constituição brasileira do qual concede ainda poderes aos governos militares (neste momento ao governo de Castelo Branco) que novamente se mantém no comando do país, por força de uma das emendas propostas.

<sup>7</sup> A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 04 de abril de 1935. Definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

realizado a Marcha da família com Deus pela Liberdade. Segundo o jornal era necessário que Campina Grande demonstrasse sua força e reafirmasse sua condição de líder que a cidade poderia ter em um movimento que havia ocorrido no mês de março de 1964 em praticamente todo o país.

Neste primeiro momento, o jornal enfatiza que Campina tinha um potencial nacional e que era necessário demonstrar que a cidade iria fazer a diferença naquele momento do qual foi retirado do país todo um risco comunista, a Marcha, por sua vez, iria caracterizar isso. A convocação do jornal envolveu toda a cidade e outros movimentos, a exemplo da seguinte nota:

Os ilustres vereadores, os dirigentes do Rotary clube campinense, Lions Clube, Centro estudantil, todos diretórios das faculdades e colégios desta cidade, representantes da guarnição Federal e polícia militar, o cônsul José Noujaim, os dirigentes de entidades... Todos que, irmanados, possam contribuir para êxito desta manifestação de fé e de confiança no destino do Brasil (*Diário da Borborema*, 11 abr. 1964).

No dia 12 de abril de 1964, a concretização para a realização da Marcha foi decidida no almoço entre o prefeito do período, Newton Rique, o diretor do Jornal Genésio de Sousa e o secretário Noaldo Dantas, que aproveitaram a ocasião para convocar a filiação das mulheres campinenses para a organização do movimento considerado cívico. Observamos que caberia às mulheres da elite campinense estruturar a Marcha e apoiar o então presidente Castelo Branco. Assim Campina Grande estaria no cenário nacional como uma das cidades que fez parte da revolução. O que restou foi justamente o ato civil que se realizaria no dia 14 de abril 1964, porém, as senhoras do grupo denominado “Domadoras” – esposas dos integrantes do Clube Lions de Campina Grande – resolveram que a data que fora proposta estava muito em cima e optaram por ser no dia 21 de abril para melhor organização.

As mulheres campinenses que realizariam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, embora não participassem diretamente da política, estavam envolvidas em projetos sociais e de grupo de mulheres, passando a ser foco de maior visibilidade social e tiveram participação salutar no projeto de efetivar definitivamente a ditadura civil militar no Brasil, embora isso ainda não fosse perceptível naquele momento, apenas posteriormente.

No âmbito nacional, as mulheres foram essenciais para que as Marchas ocorressem. No caso da marcha paulistas, o movimento aconteceu no dia 19 de junho de 1964. Uma reportagem n’*O Globo* trazia a manchete “As mulheres e a Revolução”, em que foi relatado o movimento de 31 de março promovido pelas mulheres, primeiro estimulando os homens, e

depois, elas mesmas à frente deles, juntamente com associações femininas<sup>8</sup> entre elas a CAMDE<sup>9</sup> (Campanha da mulher pela Democracia). Em que elas realizaram comícios democráticos e impelindo os comunistas. O jornal *O Globo* diz que enquanto o comício de Goulart na Central do Brasil levou entre 100 e 150 mil trabalhadores, elas responderam com uma Marcha em São Paulo com mais de 600 mil pessoas, e no Rio com cerca de 01 milhão. Isso e dentre outras “qualidades” foram ditas sobre elas, que da maneira expressada no jornal, são provenientes da elite paulista, não diferindo das campinenses no primeiro momento da organização da Marcha.

No dia 21 de abril de 1964, o *Diário da Borborema* faz uma citação de que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade seria realizada em Campina, pois o processo de redemocratização saiu vitorioso e baniu do país todo e qualquer ameaça de *bolchevização*<sup>10</sup>. É notória que a ideia pregada por Lênin na Rússia estava presente em nosso meio, o medo do socialismo e da formação dos partidos de esquerda estava circulando também pela cidade. Esse movimento seria justamente o impedimento de qualquer ordem política de pensamentos tidos como esquerdistas ou socialistas.

No entanto, a data prevista para tal acontecimento, dia 21 de abril, não ocorreu devido à desistência do grupo de mulheres que ficaram à frente do evento, pois alegaram que em Campina estava chovendo, o que dificultaria a promoção do evento. A publicação do Jornal traz a seguinte nota:

E não aceitamos por que não abraçamos esta omissão injustificável, uma prova incontestada de que, apesar do estado de alerta em que ficaram as classes dominantes em todo o Brasil, diante do avanço comunista em tempo sustado pelas forças Armadas, a sociedade de Campina Grande não foi tocada por este ardor cívico (*Diário da Borborema*, 21 abr. 1964) (*sic*).

Então nada justificava a não realização da Marcha, mediante esse desapontamento, o jornal faz uma crítica severa às senhoras relatando que não eram apenas um chá para saírem

---

<sup>8</sup> Entre as associações femininas, havia CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a LIMDE (Liga da Mulher Democrata) e a UCF (União Cívica Feminina).

<sup>9</sup> Grupo organizado de mulheres formado no início dos anos sessenta. Composto por mulheres católicas que em seu formato defendiam interesses da própria Igreja, neste momento específico toda a conjuntura defendida era em prol da igreja e do anticomunismo. A Marcha da Família foi realizada em grande parte por iniciativa desse grupo (AZEVEDO, 2005).

<sup>10</sup> O termo *bolchevização* está relacionado ao partido comunista chamado Bolchevique, que foi criado por Vladimir Lenin e que defendia a revolução socialista. De origem Russa, foi propagado pelo mundo, atraindo grande parte dos operários que era grande foco do partido.

na coluna social, mas que iriam sair na “marra”, até porque os esquerdistas estavam por aí e usavam as mesmas armas, por assim dizer.

Portanto, o apelo agora foi realizado aos estudantes para que a Marcha se consumasse, o presidente da junta estudantil apoiou esta iniciativa. Esta Marcha promovida pelo jornal tinha a justificativa de que no futuro os jovens de Campina Grande não fossem uma geração omissa e entenderem que ainda existe esperança e que os estudantes neste momento fariam toda a diferença com sua participação.

Ainda segundo o jornal, ao mesmo tempo, no interior das cidades da Paraíba, as movimentações em torno da Marcha da Família com Deus pela Liberdade também aconteciam, ora promovidas pela Igreja Católica, ora pelos políticos de cada cidade. Em Piancó, Cuitegi e Aroeiras, por exemplo, houve manifestações e no final da Marcha, uma missa. Tudo no corrente mês de abril de 1964.

Essas manifestações populares também continuaram ao longo do mês de maio de 1964. O jornal *Diário da Borborema* nos relewa que na cidade de Esperança o ardor civil apoiado continuava encabeçado por estudantes, donas de casa, operários e políticos locais, ovacionando o novo presidente da República e as forças armadas. Outra cidade também noticiada pela realização da Marcha foi Serra Redonda, que contou com a participação de cerca de dois mil pessoas e de políticos que aproveitaram a oportunidade para discursar enaltecendo a democracia. Encerraram este momento também com uma missa de ação de graças. Dentre outras cidades como Aguiar, Pocinhos e Ingá.

Em Ingá, curiosamente a Marcha se deu no Sítio Torres. Seu proprietário era o Sr. Paulo Custódio, centenas de camponeses participaram da programação que articulava uma procissão e discursos dos principais líderes políticos da região, foi promovido um baile oferecido a todos os presentes, contando com a presença do prefeito da cidade, Wellington Gomes Barbosa (*Diário da Borborema*, 21 mai. 1964). Em cada cidade a Marcha tomava proporções diferentes, principalmente no interior, em que os governantes aproveitavam estes momentos para discursar sobre os avanços conquistados pela cidade na qual o evento era promovido.

Em Campina Grande, ao longo de maio de 1964, a missão de promover foi proposto a um grupo de religiosas da Igreja Católica pelo o *Diário dos Associados* do qual marcaram a manifestação em apoio às forças armadas para dia 30 de maio de 1964 às 16 horas. Este movimento agora teria como comemoração também a “revolução” de 31 de março de 1964, do qual as forças armadas saíram vitoriosas contra o comunismo ateu e a corrupção dos

costumes e implementaram, segundo o jornal, a democracia. Outro elemento que pode ser destacado da fala do jornal foi o apoio das classes conservadoras, entendida como os comerciantes locais, empresários, pois relatam que alguns deles doaram tecidos para confecção de faixas para usarem durante o itinerário da Marcha.

Como citado anteriormente, o movimento, diferente do que acontecia nacionalmente, era orientado pela Igreja Católica, no entanto, em Campina Grande foi convocado pelo Diário da Borborema, em especial, pelo seu dirigente. A seguinte nota publicada no jornal enfatiza que há uns dias antes da Marcha emitiu ofício às paróquias e igrejas evangélicas:

Em colaboração com um grupo de senhoras cristãs, os Diários e Emissoras Associados, deliberaram promover no próximo dia 30 de maio (sábado) às 16 horas uma manifestação pública de ação de graças pelo milagre da revolução democrática de 31 de março que mercê da eficiente ação de nossas gloriosas Fôrças Armadas, com o apoio do povo, afastou de nossa estremecida Pátria as garras do comunismo ateu e da corrupção dos costumes. Será um movimento cívico, uma demonstração de fé e agradecimento de todos os que abjuram o materialismo e a corrupção (*Diário da Borborema*, 26 mai. 1964) (*sic*).

Mediante a publicação, observamos que começa a chegar ao jornal outros tipos de apoio à realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade como, por exemplo, a associação de ex-combatentes do qual se disponibilizaram para se fazer presentes no movimento em prol da democracia em que todos estavam trajados de branco e suas condecorações:

A Associação dos ex-combatentes do Brasil, secção de C. Grande, em reunião, resolveu também tomar parte na marcha, (...) um grande contingente do batalhão de engenharia aqui sediado, far-se-á presente e participará do regozijo do povo (*Diário da Borborema*, 27 mai. 1964).

Isto seria de suma importância para Campina Grande, pois assim ela poderia mostrar ao Brasil que era repudiado pelo seu povo honesto e ordeiro qualquer ato tido como comunista. Em outra nota do jornal do dia 28 de maio de 1964, fala-se do apoio dos paraquedistas, do qual todos os componentes da equipe estariam trajando um macacão branco de salto.

Incorporando-se às manifestações cívicas da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, os paraquedistas campinenses, através de sua diretoria social, vieram à redação do DIÁRIO para informar que o <<Clube de paraquedismo de Campina Grande>> estará presente à passeata programada para o próximo dia trinta com uma equipe de demonstração (*Diário da Borborema*, 28 mai. 1964) (*sic*).

Salientamos que durante a Marcha eles usaram seus aparelhos de voos em grupo sobre a cidade com o intuito de dar mais brilhantismo e patriotismo para a promoção do movimento. A demonstração de voo pelos paraquedistas chamou a atenção da população segundo o jornal e para aquela sociedade visto que não era algo recorrente. Usaram táticas para conseguir então, um grande público. Não podemos desconsiderar a amplitude da representatividade e aceitação que a Marcha ganhou.

A manchete do Diário da Borborema do dia 30 de maio de 1964, estampava a matéria em letras garrafais: “Marcha da família Hoje em Campina Grande: Povo Festejará Vitória da revolução democrática”. Nesta reportagem também foi colocado o itinerário, que começava na Rua João Tavares e terminava na Praça da Bandeira.

Foi tida pelo Jornal como “revolução democrática”. Nos fica uma pergunta: “revolução democrática”? Do qual o presidente em pleno exercício dos seus direitos e eleito como vice de Jânio Quadros foi obrigado a sair da presidência por ser considerado comunista e supostamente por querer acabar com valores cristãos e a democracia. As Marchas realizadas em quase todo o território nacional, chegaram a uma pequena cidade do interior, prestes a completar cem anos de fundação, aquele momento vivido nacionalmente segundo o *Diário da Borborema*, tinha que ser vivido também por esta cidade, tinha-se que saber da sua importância e sua voz também de “apoio” ao novo presidente, fazendo parte assim, da história.

No dia 30 de maio de 1964, o *Diário da Borborema* noticiou aquele momento da realização da Marcha na cidade, que não era para ser exposição de politicagem e sim um ato estritamente cívico, seria apenas um modo de mostrar a alegria do povo pelo fim de uma ideologia mal, anti-cristã, que somente males traziam para ao país. Seria um movimento contra Goulart e seus seguidores.

Na primeira página do domingo 31 maio de 1964, toda a produção do jornal foi sobre a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, diversas fotos e o grande agradecimento do jornal ao grande número de pessoas que se fizeram presentes neste ato em

comemoração à “revolução de 31 de março”. Sobre este momento também foi colocado a seguinte nota que nos chama atenção:

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade uniu a família campinense. E serviu também de advertência sob vários aspectos. Alertou os inimigos da pátria e do progresso da nossa cidade para a reação que aqui sempre encontrarão, diante da traição e da mentira. Alertou também o próprio povo, ordeiro e pacato para a importância da sua posição na defesa da democracia, a necessidade do seu pronunciamento e da sua vigília (*Diário da Borborema*, 31 mai. 1964).

Nesta publicação do jornal temos que analisar pelos menos duas questões. A primeira seria no que se refere à participação do povo e como o jornal enfatiza: “que aqui a mentira e o comunismo não têm vez, pois o povo irá se rebelar contra qualquer atitude que não seja a favor da democracia” (Idem). O segundo ponto foi importante para percebermos a participação do povo nos atos, eles demonstraram que têm a força para a mudança seja ela qual for, mesmo que não notem pelo que estão lutando. O seguinte pronunciamento do jornal sobre a Marcha foi bem interessante, em que podemos analisar a questão cristã. A Igreja neste momento teve seu posicionamento a favor da democracia e contra qualquer tipo de comunismo.

Desde as margens do açude velho até à tradicional Praça da Bandeira, o povo fez questão de dar provas cabais do seu entusiasmo, de seu amor às instituições democráticas, de sua satisfação do retorno do país à sua tradicional linha cristã de liberdade (*Diário da Borborema*, 31 mai. 1964) (*sic*).

O primeiro momento do ano de 1964 foi marcante não apenas para o povo campinense, mas para todo o território nacional em que começavam anos considerados ditatoriais pelos historiadores que durou vinte e um anos aproximadamente e dos quais foram marcantes que somente posteriormente a população enxergou os abusos dos militares.

Estes abusos poderiam ser notados na cidade de Campina Grande após praticamente quinze dias das manifestações públicas em prol do governo, a cassação de Newton Rique foi um desses casos. No dia 14 de junho de 1964 ele deixava a prefeitura de Campina Grande, tendo seu mandato cassado pelo ato institucional proclamado pelo então presidente Castelo Branco. Campina Grande agora fazia parte de um cenário nacional, Newton Rique em discurso na Rádio Borborema demonstrava sua imensa tristeza por deixar o governo,

assumido poucos meses antes. Este cenário político que acontecia em Campina e outras cidades do país tomavam a partir daquele momento ares de uma ditadura ainda não notada por boa parte da população. Que ameaça poderia ser o prefeito de Campina Grande? Suas ligações políticas talvez incomodassem o governo. Na manchete do *Diário da Borborema* temos a seguinte frase citada por Newton Rique: “Não Nego, mesmo agora, as minhas atitudes de homem público” (*Diário da Borborema*, 16 jun. 1964). Nas entrelinhas do discurso publicado no jornal, vemos sua insatisfação com as atitudes tomadas pelo governo bem como também o seu desejo de continuar governando e os projetos que almejava prosseguir durante seu mandato. No seu discurso, ele faz menção à trama que o levou à cassação.

Ocorre que a trama sinistra se desenrolava no Rio de Janeiro, onde os nossos inimigos oferecendo jantares aos chefes da Revolução, serviam também, na mesma bandeja, o veneno da maquinação, da vingança e da frustração. (...) Sem dúvida que não tendo nenhuma prova de atividades subversivas ou malversação de dinheiros públicos, aproveitaram-se da minha atitude de lealdade ao ex-presidente para a consecução dos seus propósitos sinistros. Não há outra explicação, campinenses para a cassação do meu mandato e dos meus direitos civis (*Diário da Borborema*, 16 jun. 1964).

Neste momento após a saída da prefeitura, quem assumiu foi o senhor João Jerônimo da Costa, no segundo semestre de 1964. Temos outras prorrogações sobre o governo campinense e o primeiro deles foi a posse de Willians Arruda, no caso vice de Newton Rique. Pela legislação, mesmo cassado, quem deveria assumir era o seu vice. Pode-se entender um clima tenso que estava ao correr nos ares da cidade.

Em 22 julho de 1964, temos na edição do jornal como uma das suas manchetes: “Grupo de Militares chegou a Campina”, essa visita coloca sobre pressão a fiscalização realizada por todo o país ordenada pelo presidente Castelo Branco, na ocasião indagada pelo jornal sobre qual seria o motivo de estarem na cidade. Temos a seguinte resposta do comando do Exército:

Os militares esclareceram que estão fazendo uma simples viagem de rotina, não adiantando pormenores. Segundo declarações, permaneciam durante todo o dia de ontem nesta cidade, em contato com o comando (*Diário da Borborema*, 22 jun. 1964).

Mediante os últimos acontecimentos ocorridos na cidade e em especial, a cassação de Newton Rique, a não aceitação por boa parte de políticos e protestos realizados pelos

estudantes, muitas manchetes do jornal trouxeram durante os meses de junho e julho as averiguações que questionavam o motivo real que levou à cassação do ex-prefeito da cidade. Os militares na cidade nos transmitem a ideia de que algo estava sob investigação e que isto não era comum ocorrer antes do golpe civil militar. Por não haver maiores detalhes da visita fica uma incógnita no ar: Qual era o verdadeiro motivo dos militares na cidade? Será uma inspeção de controle? Ou apenas uma visita cordial? Bem, o que estava acontecendo neste momento político no país era que tudo estava sob alerta, pois nesse momento da história já se passaram quatro meses do governo militar, muita coisa já havia mudado e os atos institucionais aos poucos vinham sendo instaurados levando a população a questionar tais acontecimentos e assim gerar conflitos que ocorreram neste período dentre mortes, cassações e torturas.

Muitas perguntas podem ser elaboradas sobre este período, mas o posicionamento da cidade depois das instaurações dos atos institucionais foi silenciado. Encontramos durante a realização desta pesquisa, poucas informações sobre o movimento militar na cidade durante o ano de 1964 após a saída de Newton Rique. Encontramos apenas o impasse político sobre quem iria assumir o cargo de prefeito e conseqüentemente em alguns artigos do Diário da Borborema sobre algumas manifestações no país e grupos de estudantes da cidade.

#### **4. CONCLUSÃO**

Analisar esse período em Campina Grande a partir da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi algo bem complexo partindo do seu êxito e da sua finalidade. Esse movimento tinha como objetivo consolidar a ditadura militar no país, absorvendo uma responsabilidade perante a sociedade e apostando que todo caos causado pelo governo de João Goulart seria recuperado e restaurado através do governo de Castelo Branco.

Talvez hoje seja mais fácil falar desse passado. Para os historiadores, a crítica histórica tem que existir e que temos que fazer as perguntas a um passado distante de nós, mas que às vezes se faz tão presente. É imaginável pensar hoje que a imposição dos militares foi uma democracia e vemos as manchetes de alguns jornais falando da época publicando sobre este assunto, não nos faz acreditar no que se lê, mas temos que analisar isso com um olhar crítico a partir de nossa função de historiadores e da análise de que o passado não é esquecimento e sim um aprendizado, que nossos atos têm conseqüências, não tão imediatas, mas no decorrer dos tempos.

O historiador Gomes (2014) diz que “não podemos cobrar daquela sociedade a percepção de democracia que hoje se tem é uma interpretação anacrônica” (GOMES, 2014, p. 39) Assim também argumenta o historiador Marcos Napolitano:

O historiador não é bombeiro nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes. (NAPOLITANO, 2014, p. 19).

A busca sempre por esse passado que se modifica, especialmente dos movimentos sociais, que tem seu “poder” de inverter situações, mesmo sendo manipulados por interesses políticos, a ideia de mudança foi a iniciativa para aquela sociedade em 1964 fosse as ruas, procurando a solução para os seus problemas. Segundo Toledo (2004), o golpe de 1964 veio coroar as tentativas anteriormente fracassadas, destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas. O golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares. Sendo essas umas das maneiras para superar as dificuldades políticas que o país estava passando.

Desta maneira, os movimentos sociais fizeram parte de todo o processo dos quase vinte e um anos de ditadura no Brasil. Sempre que lemos algum livro relacionado à ditadura militar, (seja ele contra ou favor) há sempre um grupo que lutou contra os desmandos, procurou buscar ajuda para poderem ter de volta a democracia, onde o direito de pensar, falar, de ir e vir, pudessem ser novamente de todos os brasileiros. Muitos morreram neste percurso, mortes que hoje ainda são mistérios. Embora haja muitos arquivos há pouco abertos sobre o período, muito ainda precisa ser escrito, revisto e principalmente entendido. Como um golpe foi propagando como revolução? Um golpe que tirou um presidente e instaurou a ditadura, como cita Ferreira e Gomes (2014). A inquietude desse período ainda é grande e realmente nos instiga saber que a sociedade que justificou ir às ruas contra o comunismo, ela também foi às ruas justificada pela democracia.

## 5. LISTA DE FONTES

**Diário da Borborema**, 01 abr. 1964.

\_\_\_\_\_. 11 abr. 1964.

\_\_\_\_\_. 21 abr. 1964.

\_\_\_\_\_. 21 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 26 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 27 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 28 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 30 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 31 mai. 1964.

\_\_\_\_\_. 16 jun. 1964.

\_\_\_\_\_. 22 jun. 1964.

**O Globo**, 20 mar. 1964. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo>. Acesso em: 10 mai. 2018.

## ABSTRAC

This article promotes as a necessarily main theme the Family's March with God for Liberty at Campina Grande city, Paraíba state, in support to establishment of Military Dictatorship in Brazil. The source of this research was the journal *Diário da Borborema*, local newspaper that was active from October 1957 to February 2012, Therefore, the main specific theme is limited just for the year of 1964. The analysis enables the best understanding of the content, correct and adequately, regarding the major actuation of the *Diário da Borborema*, through the responsibility for mobilizing the city according to the facts which happened in that event. This work also presents the historic contextualization about the consequences for the city of Campina Grande, as well the intended results by the journalists. The article is a part of the research pipeline about "Power relations, subjectivities and political culture". The theoretical fundaments is guided considering the dialogue with authors as Jorge Ferreira and Ângela de Castro Gomes (2004), Carlos Fico (2004) and René Remond (2003).

**KEYWORDS:** City of Campina Grande; Military Dictatorship; Family's March with God for Liberty.

## 6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joabe Barbosa. “Cassar E Caçar”: O Golpe Civil-Militar de em Campina Grande. Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964, 14, ANPUH/Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2014. **Anais...** Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rph/article/download/23813/13079>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

AZEVEDO, Lílian Henrique de. Para ser mulher: feminismo, revolução sexual e a construção de uma nova mulher em revistas no Brasil (1960 – 1975). Simpósio Nacional de História, História – Guerra e Paz, 23, ANPUH/Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2005. **Anais...** Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1153.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. As “diretas já”: uma análise sobre o impacto da campanha no processo de transição política brasileira. Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e conhecimento social, 27, ANPUH/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2013. **Anais...** Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952315\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPUH\\_1\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952315_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_1_.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2018.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba**: História, Memória e Construção da Cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1957-1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GOMES, Paulo César. **Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. Contexto: São Paulo, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

RENÉ, Rémond. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.